ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf RODRIGO EUGENIO DE **PAIVA**

A Geopolítica do Ocidente na Região do Oriente Médio: causas e consequências da presença americana no século XXI.

Rio de Janeiro

2018

Maj Inf RODRIGO EUGENIO DE **PAIVA**

A Geopolítica do Ocidente na Região do Oriente Médio: causas e consequências da presença americana no século XXI.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Orientador: TC Inf JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS **CRUZ**

Rio de Janeiro

2018

Maj Inf RODRIGO EUGENIO DE **PAIVA**

A Geopolítica do Ocidente na Região do Oriente Médio: causas e consequências da presença americana no século XXI.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares.

Aprovado em ___ de novembro de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

_____

JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS **CRUZ** – Ten Cel Inf – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

SIDNEY MARINHO **LIMA** – Ten Cel MB – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

ANDERSON **LUIZ ALVES** FIGUEIREDO – Maj Eng – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

Aos meus eternos amores Anna Karolina Siqueira de Paiva e Artur Eugenio de Paiva, pela compreensão e pelo incentivo na labuta diária de meu ofício e no decorrer deste trabalho.

Ao meu orientador, Ten Cel José Roberto de Vasconcellos Cruz, pelo profissionalismo, pela camaradagem, pela paciência e pelas orientações confiantes que me transmitiu ao longo da condução dos trabalhos.

Aos meus pais, Luci Joaquim de Paiva e Ezequiel Francisco Correa de Paiva, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e me garantiram a estrutura necessária para a conquista de meus objetivos de vida.

A liberdade não pode ser disparada como uma bala no solo endurecido. Ela exige, dentre outras coisas, tempo e confiança, e uma nação marcada pela cicatriz da tirania e cindida por divisões tribais e religiosas não irá se transformar em Atenas da noite para o dia. (Nancy Gibbs)

RESUMO

O presente estudo trata sobre a presença americana no Oriente Médio e imediações no século XXI, relatando suas causas e consequências para a região e para o mundo. Após as ações terroristas contra as Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos da América passaram a amparar suas intervenções naquele subcontinente como um legítimo combate ao terrorismo global. Mas as ações diplomáticas e militares do Ocidente no Oriente Médio datam de épocas bem mais remotas, muito antes da existência do terrorismo. Na Antiguidade, quando potências econômicas e militares lutavam no solo sagrado sob um "legítimo processo civilizatório/religioso", não buscavam nada mais do que riquezas e poder. Em se tratando de ações norte-americanas, o fim do século XX testemunhou a retomada do Kuwait pelas tropas da coalizão que, lideradas pelos EUA, retaliaram as tropas iraquianas sob aval do Conselho de Segurança da ONU. No século XXI, as intervenções no Oriente Médio seriam intensificadas já na primeira década do século, mas com um relevante diferencial: a ausência do amparo da ONU que, doravante, seria questionada quanto ao seu real propósito e quanto à sua capacidade de garantir a paz mundial. Dessa forma, o presente trabalho pretende apresentar as causas e as consequências da presença americana no OM no século XXI, evidenciando as principais condicionantes do "processo civilizatório, democrático e pacificador" da maior potência econômica e bélica do mundo.

Palavras-chave: Causas. Consequências. EUA. Oriente Médio.

RESEÑA

El presente estudio aborda la presencia norteamericana en Medio Oriente y en sus alrededores, en el siglo XXI, reportando sus causas y consecuencias a la región y al mundo. Después de las acciones terroristas contra las Torres Gemelas, el 11 de septiembre de 2001, los Estados Unidos de América comenzaron a mantener sus intervenciones en ese subcontinente como una lucha legítima contra el terrorismo global. Pero las acciones diplomáticas y militares de Occidente en el cercano Oriente se remontan a tiempos mucho más lejanos, mucho antes de la existencia del terrorismo. En la antigüedad, cuando los poderes económicos y militares lucharon en el terreno sagrado bajo un "proceso legítimo civilizado/religioso", no buscaron nada más que riqueza y poder. Cuando se trata de acciones estadounidenses, a final del siglo XX fue testigo de la reanudación de Kuwait por parte de las tropas de la coalición que, encabezadas por los Estados Unidos, destrozaron las tropas iraquíes bajo el respaldo del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. En el siglo XXI, las intervenciones en Oriente Medio se intensificaron en la primera década del siglo, pero con una diferencial relevancia: la ausencia del apoyo de las Naciones Unidas, que sería cuestionada acerca de su verdadero propósito y su capacidad de garantizar la paz mundial. De esta manera, el presente trabajo pretende presentar las causas y consecuencias de la presencia norteamericana en OM en el siglo XXI, destacando las principales limitaciones del "proceso civilizado, democrático y pacificador" del mayor poder económico y bélico de Mundo.

Palabras clave: Causas. Consecuencias. E.E.U.U. Oriente Medio.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Ataque às Torres Gêmeas 13

Figura 2 – Mapa do Afeganistão 24

Figura 3 – Mapa do Relevo Afegão 25

Figura 4 – Mapa do Iraque 29

Figura 5 – Queda da estátua de Saddam (2003) 33

Figura 6 – Mapa da Síria 35

Figura 7 – Prédio em Aleppo, na Síria 38

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

OM	Oriente Médio
EUA	Estados Unidos da América
CIA	Central Intelligence Agency
ONU	Organização das Nações Unidas
URSS	União da Repúblicas Socialistas Soviéticas
1ª GM	1ª Guerra Mundial
2ª GM	2ª Guerra Mundial
RAU	República Árabe Unida
ISIS ou EI	Estado Islâmico do Iraque e do Levante

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12
1.1 PROBLEMA 14
1.2 OBJETIVOS 16
1.2.1 Objetivo Geral 16
1.2.2 Objetivo Específico 16
1.3 HIPÓTESE 16
1.4 VARIÁVEIS 16
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO 16
1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO 17
2 REFERENCIAL TEÓRICO 18
2.1 ORIENTE MÉDIO: DA EXPANSÃO MUÇULMANA À GUERRA FRIA 18
2.2 AS EXPRESSÕES DO PODER NO ORIENTE MÉDIO 20
3 METODOLOGIA 23
4 AFEGANISTÃO 24
4.1 GENERALIDADES 24
4.2 SINOPSE DOS CONFLITOS 24
4.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX 25
4.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA 26
4.5 CONCLUSÃO PARCIAL 27
5 IRAQUE 29
5.1 GENERALIDADES 29
5.2 SINOPSE DOS CONFLITOS 29
5.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX 30
5.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA 31
5.5 CONCLUSÃO PARCIAL 33
6 SÍRIA 35
6.1 GENERALIDADES 35
6.2 SINOPSE DOS CONFLITOS 35
6.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX 36
6.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA 37
6.5 CONCLUSÃO PARCIAL 39
7 CONCLUSÃO 40
REFERÊNCIAS 44

1. INTRODUÇÃO

Geopolítica é a área da geografia que objetiva fazer a interpretação dos fatos e do desenvolvimento político dos Estados, sempre calcados nas informações geográficas de seus territórios. Sua origem se confunde com as guerras da Antiguidade, mas seu estudo sistemático surgiu a partir do século XIX. Desde então, tem servido de base para as decisões políticas e militares dos líderes mundiais. O termo "Geopolítica" foi criado pelo sueco Rudolf Kjellen, no início do século XX. Entretanto, o título de “Pai da Geopolítica” teria ficado com o alemão Friedrich Ratzel, autor de *Politische Geographie* (Geografia Política), de 1897.

> “O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX marcaram a época do grande progresso nos estudos das ciências sociais e da ciência geográfica. No campo da geografia, surgiram, na Alemanha, os livros *Antropogeografia* e *Geografia Política*, de Friedrich Ratzel, e a obra pioneira *Geopolítica*, de Rudolf Kjellen, esta já transpassando a Geografia Política, estática, panorâmica, para um cenário vivo, movimentado, prospectivo. Comparando, Ratzel disse que a Geografia Política era como a fotografia, enquanto a Geopolítica era a cinematografia. É o produto da interação dinâmica dos três fatores: Política, Geografia e História, conduzindo a uma prospectiva dos acontecimentos do Estado. A Geopolítica teria que se desprender da área das Ciências Geográficas e vir a ocupar o seu lugar como um dos ramos da Ciência Política.” (MEIRA MATTOS, 2002, p. 18)

No Brasil, o General Carlos de Meira Mattos, renomado geopolítico brasileiro, definiu a Geopolítica como a arte da “aplicação do Poder do Estado ao espaço geográfico que ocupa” (Mattos, 2002). Essa aplicação foi determinante para os Estados ao longo do século XX por conta das Grandes Guerras Mundiais e da Guerra Fria. Foi nesse contexto que emergiu a força do Estado de maior influência internacional do século XX e início do século XXI: os Estados Unidos da América (EUA).

Os EUA estão localizados no subcontinente norte-americano. É delimitado a Leste pelo Oceano Atlântico, a Oeste pelo Oceano Pacífico, a Norte pelo Estado do Canadá e a Sul pelo Estado do México. Descoberto no período das Grandes Navegações (século XV e XVI), ganhou projeção mundial no século XX, quando se destacou como a maior potência econômica, política e militar do mundo. Por sua pujança econômica e militar, vêm estendendo sua influência por todo o planeta, com destaque para o Oriente Médio. Após o atentado de 11 de setembro de 2001 (figura 1), os EUA passaram a travar a “Guerra ao Terror”, intervindo intensamente no Oriente Médio, palco dos maiores conflitos deste século.

> "No ápice da ocupação do Iraque, entre 2004 e 2007, havia no país 165 mil soldados norte-americanos. Durante o período mais crítico da ocupação do Afeganistão, em 2010, as forças de coalizão internacional ultrapassaram a marca de 130 mil soldados, dos quais 90 mil eram norte-americanos." (MAGNOLI, 2012, p. 515)

Figura 1 - Ataque às Torres Gêmeas
Fonte: Reprodução/Internet[1]

O Oriente Médio (OM) é uma região geográfica de grande relevância geopolítica. Considerado uma sub-região da Ásia, é delimitado a norte pela Europa, a leste pela Ásia, a oeste pela África e a sul pelo Oceano Índico. Foi o berço das maiores religiões monoteístas do globo, além de rota de comércio e de conflitos das mais diversas civilizações da Antiguidade. Após a Revolução Industrial, já no século XIX, se tornou uma área estratégica na produção de combustíveis fósseis para todo o planeta. Corroborando a ideia acima, verifica-se o texto abaixo:

> "O Oriente Médio, núcleo histórico e cultural do Islã e do mundo árabe, figura como foco de conflitos geopolíticos, nacionais e religiosos. Um dos eixos desse conflito é a disputa pela influência na região petrolífera do Golfo Pérsico." (MAGNOLI, 2012, p. 623)

Esses conflitos, que persistem por séculos, vêm ganhando proporções inéditas por conta do processo de globalização atual. A Nova Ordem Mundial tem apresentado novos atores que têm contribuído para uma calamitosa instabilidade entre Oriente e Ocidente, especificamente entre EUA e OM.

> "Um novo desafio (no Afeganistão) se abria quase que imediatamente: como estabelecer a ordem internacional quando os principais adversários (dos EUA) são organizações não estatais que não defendem nenhum território específico e rejeitam os princípios estabelecidos de legitimidade." (KISSINGER, 2015, p. 318)

[1] Disponível em: http://www.cacodarosa.com/noticia/9235/quatorze-anos-dos-atentados-as-torres-gemeas. Acesso em mai. 2018

1. 1 PROBLEMA

A compreensão das relações do Oriente Médio (OM) e região, com qualquer Estado ou ator global, impõe uma observação mínima de sua história.

O Oriente Médio, até o século III, se mantinha como um ambiente particularmente afastado do “Mundo Ocidental”, cujo centro era a Europa romana. Embora o intercâmbio e alguns conflitos entre as regiões já existissem muito antes, foi a revelação feita a Maomé no século VII (571-632) e, consequentemente, o fortalecimento dos preceitos islâmicos que iriam iniciar a expansão islâmica nos territórios adjacentes. A irradiação para o Norte da África e para a Europa foi o primeiro marco mais relevante para o início dos conflitos religiosos com os europeus, conflitos esses que se deflagrariam por séculos.

Ao longo da Idade Média (século V ao XV), observou-se um embate crucial entre a expansão muçulmana e as conquistas e reconquistas cristãs. A Península Ibérica, o Norte da África, a Europa Oriental e o Oriente Médio testemunharam grandes batalhas medievais, promovidas pelas grandes religiões monoteístas dominantes na busca da imposição de suas crenças, além dos evidentes interesses políticos, econômicos e militares nas referidas regiões. As Cruzadas, iniciadas no final do século XI (1096), avançaram sobre os domínios islâmicos e materializaram a reconquista das terras sagradas do Oriente Médio (Jerusalém) pelos cristãos. Em 1187, os cruzados perderiam a cidade para o grande sultão curdo do Egito chamado Saladino.

Na Idade Moderna, as Grandes Navegações, a Guerra dos Trinta Anos, a consolidação dos Estados Nacionais, o Iluminismo e a Revolução Francesa revelariam um desenvolvimento majoritariamente ocidental. Os campos político, econômico, militar e psicossocial se desenvolveram abruptamente, o que não foi acompanhado por nenhuma outra civilização do globo. Esse contraste agravou o chamado “Choque de Civilizações” entre o Ocidente, ainda liderado pela Europa, e o Oriente, especificamente o Oriente Médio. Entretanto, seria na Idade Moderna, em especial na Corrida Imperialista (século XIX) e na 1ª e 2ª Guerra Mundial (século XX), que as diferenças entre a Europa e o Oriente se agravariam. Nesse ínterim, surgiria a hegemonia de um novo Estado que, até então, crescia em silêncio, mas seria o grande vencedor das duas Grandes Guerras do século XX: os EUA.

Os EUA passaram a entrar nos domínios do OM, com maior ênfase, a partir da 2ª Guerra Mundial (2ª GM), com um relativo consentimento dos árabes muçulmanos, diferentemente das ex-metrópoles imperialistas, como no texto em destaque:

> “Isso tornou possível para os americanos o tipo de relacionamento informal, igual, pessoa a pessoa, com os povos do Oriente Médio, que foi, e até certo ponto é, raramente possível para os europeus. A cultura e os costumes populares americanos penetraram muito mais ampla e profundamente na sociedade do Oriente Médio do que foi possível para as culturas elitistas da Grã-Bretanha e da França.” (LEWIS, 2016, p. 76)

Com a Europa arrasada pela 2ª GM, iniciou-se um mundo bipolarizado e, da mesma forma como ocorria em outras regiões do globo, o Oriente Médio passou a ser dividido pelos conflitos da Guerra Fria, além dos conflitos locais (Guerras Árabe-Israelenses) surgidos a partir da criação do Estado de Israel, em 1948. Os EUA, interessados no aumento de sua área de influência, apoiaram o Estado de Israel, a Arábia Saudita, insurgentes ao governo socialista afegão (Taliban) e o governo sunita de Saddam Hussein. Entretanto, já final do século XX e início do século XXI, esses dois últimos viriam a se tornar seus principais inimigos na região.

O viés de buscar apenas o aumento de sua área de influência e, evidentemente, manter o domínio geopolítico e econômico no Oriente Médio iria ter uma drástica reviravolta, a partir do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001. O ataque às Torres Gêmeas em Nova Iorque, promovido por terroristas da *Al-Qaeda*, abalou o mundo ocidental como um todo, mas feriu fortemente o orgulho hegemônico dos EUA. A intervenção de 2001 no Afeganistão contra o governo Talibã, apoiador do terrorismo, bem como a deposição de Saddam Hussein em 2003 pelas forças de intervenção, essas últimas capitaneadas pelos norte-americanos, iriam mudar o panorama geopolítico do Oriente Médio. Os EUA passariam a ser vistos como o principal responsável pelas mazelas seculares impostas pela intromissão ocidental na “Terra Santa”.

Portanto, ao longo de toda a sua história, as relações entre as lideranças do Oriente Médio e as lideranças do Ocidente, em especial as lideranças norte-americanas atuais, sempre foram causas de conflitos e sempre geraram consequências graves, de toda ordem, para ambas civilizações. Nesse contexto, surge o problema delimitado para o presente estudo:

- quais são as principais causas e consequências da presença norte-americana no OM no século XXI?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo Geral**

- Apresentar as principais causas e consequências da presença americana no OM, incluindo o Afeganistão, no século XXI.

1.2.2 **Objetivos Específicos**

- Apresentar a história do Oriente Médio a partir da expansão islâmica;
- Identificar as principais diferenças nas Expressões do Poder entre o OM e o Ocidente;
- Identificar as causas e consequências da presença norte-americana no OM no século XXI, com destaque aos Estados do Afeganistão, do Iraque e da Síria;

1.3 HIPÓTESE

- As causas da presença americana no OM são motivadas, essencialmente, por necessidades econômicas.

1.4 VARIÁVEIS

No que diz respeito ao tema “A Geopolítica do Ocidente na Região do Oriente Médio: causas e consequências da presença americana no século XXI”, cuja hipótese foi definida acima, as variáveis apresentadas se classificam da seguinte forma:

- Variável qualitativa independente – Necessidade econômica;

- Variável qualitativa dependente – Presença americana no OM.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O delineamento da pesquisa alcançará os livros, documentos e testemunhos acerca das ações dos EUA no OM, incluindo o Afeganistão. Dentre as ações executadas, este estudo se limitará às ações políticas e militares mais relevantes nos Estados do Afeganistão, Iraque e Síria, caracterizadas como causas para a influência dos EUA, bem como as respectivas consequências. Com o objetivo de restringir ainda mais o presente estudo, o trabalho focará nas causas ocorridas somente nos séculos XX e XXI, e nas consequências ocorridas somente no século XXI.

Inicialmente, o estudo tem por finalidade apresentar os antecedentes históricos e as discrepâncias entre a cultura ocidental (Europa e América) e oriental (OM), apoiando-se em pesquisa bibliográfica.

Em um segundo momento, serão descritas as principais ações dos EUA e seus aliados (séculos XX e XXI) e as consequências decorrentes dessas ações. O trabalho se utilizará de obras (livros) de autores relevantes, bem como artigos e trabalhos elaborados sobre as ações em voga.

Numa terceira fase, serão analisadas as causas e as consequências das ações norte-americanas, com base nas fontes elencadas.

Por fim, com uma abordagem preponderantemente qualitativa, será encerrada a análise das fontes e dos dados levantados, a fim de serem apresentadas as conclusões finais, observando os métodos científicos adotados pela ECEME. Essas informações serão utilizadas como pressupostos para responder o objetivo geral do presente trabalho.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A pesquisa se justifica pela necessidade do Exército Brasileiro compreender as consequências de uma intervenção militar internacional, permitindo amadurecimento das relações internacionais e da Força Terrestre do nosso país.

Desse modo, enfatiza-se que os resultados levantados poderão trazer benefícios para a Força Terrestre, uma vez que apresentarão ideias atualizadas acerca das consequências das políticas externas e das intervenções militares internacionais.

Destaca-se que este estudo não esgota o assunto apresentado. Entretanto, serve como pressuposto inicial da sua discussão.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIENTE MÉDIO: DA EXPANSÃO MUÇULMANA À GUERRA FRIA.

A história do Oriente Médio se confunde com o próprio início da civilização humana. Os marcos mais antigos datam das civilizações da Mesopotâmia e do Antigo Egito, que já existiam antes dos primeiros marcos escritos (cerca de 3500 a.C.). Ao longo de milênios, ocuparam a região denominada de Crescente Fértil, área compreendida pelos vales dos rios Tigres e Eufrates, pelo litoral Sudeste do Mediterrâneo e pelo vale do rio Nilo. Nos dias atuais, tal área é compreendida pelos Estados do Egito, de Israel, da Jordânia, do Líbano, da Síria, do Iraque e do Kwait.

As primeiras invasões ocidentais na região ocorreram pelo Império Macedônico (359 a.C.) e pelo Império Romano (27 a.C.). A influência romana ocidental sobre a região só teve seu declínio a partir de 476 d.C.

Ao longo da Idade Média, compreendida entre os séculos V e XV, os contrastes entre o islamismo do Oriente Médio e o cristianismo do Ocidente conhecido (Europa) tomaram proporções singulares e fundiram razões políticas, econômicas, culturais e, em especial, religiosas.

Em 610 d.C., com cerca de 40 anos de idade, surgiu um personagem que modificou todo o panorama do Oriente Médio e do mundo. Maomé passou a figurar como o último profeta da religião muçulmana e, dentre outros preceitos, divulgou a necessidade de respeito aos fundamentos islâmicos. O respeito à Sharia (conjunto de preceitos religiosos do Islã), bem como a difusão da *Jihad* (luta sagrada do Islã), modificariam as relações do OM com o mundo judaico-cristão. No próprio século VII iniciou-se a expansão muçulmana, que irradiou-se pelo Norte da África, pela Península Ibérica, pelo Leste da Europa e para outras regiões periféricas. O Alcorão (livro do Islã com a palavra de Deus) seria difundido a partir de meados do mesmo século, compilando as palavras de Alá (Deus) ao seu último profeta.

> "O longo relacionamento entre cristandade e islã, entre Europa e Oriente Médio, usando termos geográficos, tem sido de conflito, isto é, uma longa série de guerras que começou no século VII com o avanço dos exércitos muçulmanos nos territórios cristãos bizantinos, isto é, na Síria, no Egito, na Palestina, no Norte da África e em partes da Europa" (LEWIS, 2016, p. 160)

Desde então, a expansão muçulmana passou a ser o marco do avanço "político-religioso" do Islã sobre o Ocidente, de uma forma realmente sistemática e deliberada, nos moldes pregados por Maomé ao longo de sua existência. O termo

“político-religioso” se deve ao fato de que no Islã, diferentemente do mundo cristão, não existe distinção clara entre ambos os campos, como apresentado no texto abaixo:

> “No Islã clássico, Igreja e Estado eram unos e indissociáveis. Eles não são separados ou de fato entidades separáveis.” (LEWIS, 2016, p. 14)

A resposta do Ocidente cristão à expansão muçulmana na Idade Média foi claramente representada pelas Cruzadas, ocorrentes do século XI ao XIII. As Cruzadas tinham por objetivo reconquistar as importantes terras perdidas para os muçulmanos.

O domínio sobre os territórios seria sazonal, em especial na cidade de Jerusalém, onde ora as terras estariam com os cristãos, ora com os muçulmanos. A conquista de Jerusalém pelos cruzados, ocorrida em 1099 d.C., sofreu revés determinante em 1187 d.C., na Batalha de Hattin, quando o sultão curdo e muçulmano Saladin reconquistou Jerusalém. Entretanto, mesmo nos embates históricos pela cidade sagrada, Jerusalém não teria a importância que passaria a ter nos séculos XIX e XX, conforme destacado por Bernard Lewis em sua obra Fé e Poder:

> “Após o sucesso do *Jihad* e a recaptura de Jerusalém, Saladin e seus sucessores pareciam haver perdido o interesse pela cidade […] O interesse em Jerusalém foi retomado apenas no século XIX; primeiro por querelas entre potências europeias pela custódia dos locais sagrados cristãos; depois pelas novas ondas de imigração judaicas após 1882.” (LEWIS, 2016, p. 28)

A Idade Moderna (1453 a 1789) e a Idade Contemporânea (pós-1789), definitivamente, reservariam os maiores embates entre os ocidentais cristãos e os orientais islâmicos. Não bastasse a retração da expansão muçulmana promovida pelos cristãos europeus dos Estados Ibéricos (séculos XIV e XV), a França (principal potência militar terrestre do final do século XVIII e início do século XIX) ainda atacou e conquistou alguns territórios islâmicos com o vigor do Iluminismo revolucionário de Napoleão Bonaparte. Ainda no século XIX, iniciou-se o Imperialismo sobre o Oriente Médio, que dividiria arbitrariamente a região, agravando as diferenças culturais e impondo, ao povo muçulmano, a ocidentalização de sua cultura em prol do enriquecimento das metrópoles europeias. Essa postura das metrópoles, que duraria até o século XX, foi a principal responsável pela privação de independência, de soberania e, até mesmo do entendimento de conceitos universais, a exemplo do conceito de liberdade, no seio das nações do Oriente Médio:

> “Estas, em especial a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e a Rússia, privaram a maior parte do mundo islâmico de soberania. A primeira demanda,

> portanto, foi por independência. Considerava-se governo estrangeiro como tirania, e o objetivo politico primordial era pôr fim a ele. No entanto, esta (liberdade) traduz diferentes questões em distintas culturas. No pensamento politico ocidental, o contrário de tirania é liberdade. No sistema islâmico tradicional, o inverso daquela é justiça" (LEWIS, 2016, p. 134)

Conforme explícito no texto supracitado, as concepções de liberdade e justiça no Oriente Médio e no Ocidente cristão não possuem o mesmo entendimento. Tal discordância, que imperou ao longo de séculos, vieram à tona somente a partir do século XIX e, algumas delas, ainda não encontraram um entendimento claro até os dias atuais.

Ao final da 2ª Guerra Mundial, as metrópoles tradicionais europeias, devastadas pelas duas Grandes Guerras do século XX, iriam sair de cena no OM. Iniciar-se-iam os processos de independência dos Estados Islâmicos. Entretanto, o advento da Guerra Fria traria dois grandes protagonistas no cenário global que iriam atuar diretamente no controle de áreas de influência nas terras do Oriente Médio.

2.2 EXPRESSÕES DO PODER NO ORIENTE MÉDIO.

Além da história do Oriente Médio, cujo breve resumo foi apresentado no subitem anterior, é relevante apresentar as características daquela região que mais divergem dos respectivos conceitos ocidentais. O intuito é evidenciar a complexidade cultural do Oriente Médio, preparando para a compreensão das causas e das consequências da influência ocidental, especificamente dos EUA, no século XXI.

A expressão psicossocial abrange campos que regem as relações e o comportamento do indivíduo e da sociedade, como a religião, a autodeterminação dos povos, a sociedade, a educação e a cultura. Embora exista grande discrepância em assuntos relacionados à religião e à cultura, a figura da mulher islâmica personifica e sintetiza as consequências de tão distinta organização social. Desde o concubinato até a ausência de cidadania (ao menos nos padrões ocidentais), as condições das mulheres do Islã não se equiparam a qualquer outra vivida nas civilizações cristãs ocidentais.

> "Um dos problemas sociais mais importantes no mundo árabe, como em qualquer outro lugar no mundo islâmico, é a condição das mulheres […] não possuem qualquer poder politico" (LEWIS, 2016, p. 94)

As discussões acerca de tais diferenças só foram relatadas a partir do século XIX. Em que pese estudiosos ocidentais e orientais virem discutindo as consequências da restrição da liberdade e da ausência da mulher do Islã na vida

política, a exemplo do precursor Namik Kemal cuja breve análise se destaca no texto abaixo, pouco se fez para permitir relevantes avanços nessa área:

> "Namik Kemal, um dos Jovens Otomanos, em artigo publicado em 1867, apresentou primeiro a ideia do atraso de sua sociedade […] Aborda um aspecto muito simples, ou seja, se privamos nós mesmos dos serviços e talentos de metade da população (mulheres), como podemos esperar nos equiparar ao mundo ocidental?" (LEWIS, 2016, p. 114)

Na expressão econômica, o Oriente Médio segue os rumos iniciados durante os séculos XIX e XX. A exploração do petróleo ainda subsiste como a principal fonte de renda dos Estados, na medida em que o OM ainda detém as maiores reservas de petróleo do mundo. Mas, a despeito do que deveria, o excedente financeiro tem atendido a poucos e fortalecido os poderes autocráticos tão presentes na região.

> "Temporariamente, o petróleo continua a prover enorme riqueza, diretamente a alguns países da região; indiretamente a outros. Entretanto, essas vastas somas de dinheiro estão criando problemas e benefícios. Em um aspecto, a riqueza do petróleo fortaleceu governos autocráticos e inibiu o desenvolvimento democrático. Governantes ricos em petróleo não necessitam cobrar impostos; portanto, não precisam satisfazer a representantes eleitos." (LEWIS, 2016, p. 93)

O viés científico-tecnológico continua atrasado em relação ao resto do mundo. A instrução é limitada à elite dominante e, como consequência, a expressão científico-tecnológica atinge índices desprezíveis, comparados à media mundial.

> "A situação com respeito à ciência e à tecnologia é ruim ou pior. […] Os países árabes também têm os índices […]um dos mais insignificantes de cientistas ativos em pesquisas […] Apenas a África Subsaariana possui padrão de vida médio mais desprezível." (LEWIS, 2016, p. 94)

A política e a religião, expressões tão distintas no Ocidente, são exatamente as que mais trazem dúvidas aos comparadores das civilizações, uma vez que no OM acabam, por muitas vezes, se confundindo. No Oriente Médio islâmico, salvo em raras exceções a exemplo do Egito e da Turquia, não existe aparelhamento do Estado que conduza a política de forma laica ou secular (separada da religião). A autoridade política (Chefe de Estado) é, usualmente, a escolha divina de Alá, sendo sua "Carta Constitucional" o próprio Alcorão. As leis dos Estados são, nada mais, nada menos, que a própria Sharia (leis religiosas do Islamismo que definem os direitos e deveres dos muçulmanos):

> "A separação de Igreja e Estado, solução cristã para um dilema cristão, tem pouco ou nenhum significado no contexto clássico islâmico." (LEWIS, 2016, p. 132)

> "A quem o governante responde? Nos sistemas democráticos ocidentais, presta contas ao povo […] se o governante (no Oriente Médio islâmico) for cruel e tirânico será punido, e os súditos, retribuídos, presumivelmente, na vida após a morte." (LEWIS, 2016, p. 144)

A ideia de um Estado democrático traz, até certo ponto, insegurança para significativa parte da população dos países do OM. Tal fato pode ser parcialmente compreendido, uma vez que suas subdivisões étnica-religiosas e suas experiências históricas demonstram um relativo equilíbrio de poder quando os Estados são governados por regimes autoritários, conforme o depoimento do coronel Mansoor, comandante da Brigada Ready First no Iraque, em 2003.

> "Tentamos atenuar o descontentamento local realizando, no pouco tempo disponível, vários projetos de ações cívico-sociais (nos arredores de Fallujah, Iraque) […] muitos adultos mostravam-se irremediavelmente contrários às mudanças (políticas) […] Julgávamos, talvez ingenuamente, que teríamos melhores possibilidades de sucesso com seus filhos." (MANSOOR, 2011, p. 127)

Na expressão militar, hoje amplamente modernizada no Oriente Médio, as Forças Armadas materializam a "força divina do governante", já que esse conduz o Estado segundo a Sharia. Tais avanços agravaram, em especial na segunda metade do século XX e no início do século XXI, os conflitos no subcontinente em questão:

> "Modernização significava introduzir sistemas ocidentais de comunicações, de promover a guerra e de governar, incluindo inevitavelmente as ferramentas de dominação e de repressão. A autoridade do Estado aumentou vastamente com a adoção de instrumentos de controle, de vigilância e de autoridade, com capacidade muito maior do que a de líderes anteriores, de forma que ao final do século XX, qualquer tiranete de um pequeno Estado, ou mesmo de quase Estado, detinha muito mais poderes do que os que possuíam os poderosos califas e sultões do passado" (LEWIS, 2016, p. 199)

3. METODOLOGIA

Esta seção tem a finalidade de definir o tipo de pesquisa que será realizada, os meios utilizados para a coleta de dados, o instrumento utilizado para o tratamento dos dados adquiridos e a limitação do método.

Essa pesquisa será qualitativa, pois utiliza análise de documentos e obras relativas ao assunto.

Observa-se, ainda, o caráter descritivo da pesquisa. Esse aspecto ressalta as características de uma população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis, além de definir a natureza das mesmas.

A sequência utilizada, de acordo com o Manual Escolar de Trabalhos Acadêmicos na ECEME, será:

- levantamento da bibliografia e de documentos pertinentes;
- seleção da bibliografia e dos documentos;
- leitura da bibliografia e dos documentos selecionados, com recorte analítico na geopolítica do Ocidente sobre a Região do Oriente Médio, enfatizando as causas e consequências da presença norte-americana no OM no século XXI.

O material será coletado por meio de consultas às bibliotecas da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola Superior de Guerra, das Universidades do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional; serão também consultados noticiários e artigos de jornais e revistas; artigos científicos nacionais e estrangeiros e a rede mundial de computadores.

O trabalho terá prosseguimento com a elaboração do texto, em que constarão as questões – objeto de estudo – enfatizando a situação-problema em torno das causas e consequências da presença americana no OM no século XXI. Nessa fase, será buscada a clareza na comunicação do conhecimento produzido, a fim de se evitar conceitos repetidos.

Serão apresentadas as conclusões e as novas ideias acerca das influências dos EUA na região do Oriente Médio, em especial com a recente retirada das tropas do Iraque e Afeganistão.

Por fim, serão revisadas diversas fontes bibliográficas a respeito do tema para que o problema apresentado seja solucionado, corroborando com o cabedal de conhecimentos do oficial do Quadro do Estado-Maior do Exército Brasileiro.

4. AFEGANISTÃO

4.1 GENERALIDADES

O Afeganistão é um Estado soberano, definido como um “ponto de encontro de cultura e etnias” (ALMANAQUE ABRIL, 2015). Localizado nas imediações do Oriente Médio, ocupa posição no subcontinente asiático da Ásia Central. Faz fronteira com o Paquistão a sul e a leste, com o Irã a oeste, com o Turcomenistão, o Uzbequistão e o Tajiquistão a norte e com a China a nordeste (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

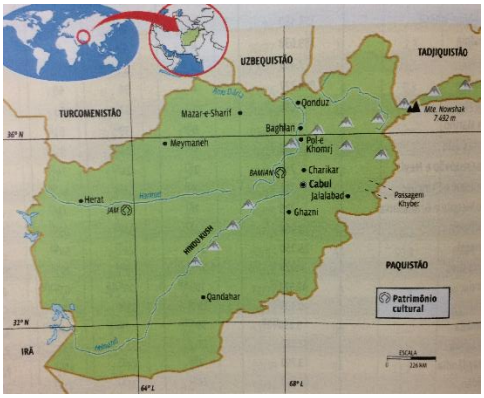

Figura 2 – Mapa do Afeganistão
Fonte: Almanaque Abril (2015, p.378)

O país fica em uma localização geoestratégica importante que liga o Oriente Médio com a Ásia Central e o subcontinente indiano. Tal posicionamento é a principal causa das disputas territoriais e das diversas invasões ao longo de sua história (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

4.2 SINOPSE DOS CONFLITOS

Segundo Peter Marsden (2002), em sua obra *Guerra e Religião no Afeganistão*, o Afeganistão foi invadido diversas vezes. Seu governo e fronteira sempre foram alvos de disputa. Atacado por sucessivos invasores em sua história remota, conta com grande diversidade étnica na atualidade. Desde a Antiguidade, passando pelos czares russos, pelo Imperialismo britânico e pela bipolaridade da Guerra Fria, todos buscaram controlar, diretamente ou indiretamente, o desafortunado território afegão, influenciando, cada vez mais, nos períodos posteriores.

No século XX, pela adversidade dos EUA e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria, o país passou a sofrer conflitos intermináveis (MARSDEN, 2002). Por conta desses fatores, o início do século XXI

passaria a testemunhar uma intervenção contundente no território afegão, capitaniado por um, até então, inusitado “ex-aliado”: os Estados Unidos da América (CARRANCA, 2011).

4.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX

Segundo Peter Marsden (2002), no contexto da Guerra Fria, o Afeganistão executou um golpe miltar de Estado em 1978, no episódio conhecido como Revolução de Saur. Os militares afegãos, apoiados pela URSS, impuseram um governo comunista ao Estado, mas não conseguiram estabilizar o poder. Com o aval do governo socialista em vigor, o Afeganistão foi invadido e ocupado pela União Soviética, em 1979. Apoiados pelas forças armadas dos Estados Unidos e pela CIA, por países da OTAN e pelo suporte de diversos países da região, a exemplo de Paquistão e Arábia Saudita, os Mujahidins (rebeldes islamitas que atuavam com diversos grupos islâmicos, incluindo o Talibã) passaram a atuar como forças de insurgência contra o governo socialista em vigor, bem como contra as tropas soviéticas.

As ações de guerrilha dos Mujahidins, em um clássico contexto de resistência, buscavam contatos de baixa intensidade, ações terroristas e homizios em áreas favorecidas pela baixa densidade populacional e pela difícil mobilidade. As montanhas afegãs passaram, então, a cumprir seu primoroso papel, tão consolidado nos embates históricos do Afeganistão (MARSDEN, 2002).

Figura 3 – Mapa do Relevo Afegão
Fonte: https://www.revistamilitar.pt/artigo/71

O conhecimento do terreno e a experiência dos Mujahidins, aliados aos apoios externos e à decadência socialista, fizeram a URSS perder a influência sobre o Estado afegão. A URSS retirou suas tropas em 1989, no episódio que remonta uma das

maiores derrotas militares russas do século XX. A Al-Qaeda, organização islâmica fundamentalista extremista, fundada pelo saudita Osama Bin Laden em 1989, compusera, juntamente com os Mujahidins e o Talibã, a aliança islâmica que expulsara os comunistas do Afeganistão em 1989. As influências americanas venceram a primeira fase do embate bipolar, no término da Guerra Fria. Mas o governo afegão manteve-se no poder e permaneceu socialista (MARSDEN, 2002).

Após a saída dos soviéticos, a guerra civil afegã entre as forças comunistas do governo de Kabul e as forças rebeldes dos Mujahidins ainda perdurou por três anos. Após a vitória dos Mujahidins, iniciou-se um conflito interno que ainda duraria por cerca de quatro anos. A adversidade entre o Talibã (extremista) e os Mujahidins incorreria em um novo embate. O Talibã sagrou-se vitorioso e permaneceu no poder de 1996 a 2001. Em 1997, as forças talibãs mudaram o nome do país de Estado Islâmico do Afeganistão para Emirado Islâmico do Afeganistão. O Estado afegão não seria mais um Estado laico, enquanto o Talibã estivesse no poder. Como islamistas fundamentalistas extremistas, passaram a financiar e apoiar diversas organizações terroristas islâmicas, dentre as quais a organização sunita Al-Qaeda , de Osama Bin Laden (MARSDEN, 2002).

4.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

Os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram ações coordenadas de atentados suicidas contra os EUA, coordenados pela organização fundamentalista islâmica Al-Qaeda. Embora tenham sido de caráter limitado, suas ações ganharam vulto estratégico, repercutindo em uma escala global (CARRANCA, 2011).

Na manhã daquele dia, dezenove terroristas sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros. Os sequestradores colidiram intencionalmente dois dos aviões contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, na cidade de Nova Iorque, matando todos a bordo e diversas pessoas em ambos os edifícios. O terceiro avião de passageiros colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, no Condado de Arlington, Virgínia, nos arredores de Washington, D.C. Já o quarto, caiu em um campo aberto próximo de Shanksville, na Pensilvânia, depois de alguns de seus passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave dos sequestradores. Quase 3000 pessoas morreram nos ataques. Em 7 de outubro de 2001, à revelia de qualquer autorização

das Nações Unidas, os EUA atacaram o Afeganistão, cujo governo (Talibã) era o principal apoiador da Al-Qaeda (CARRANCA, 2011).

A invasão norte-americana e da coalizão, em 2001, foi além da retaliação do Estado afegão. Foi uma alegada tentativa de capturar Osama Bin Laden, o terrorista acusado pelo governo dos Estados Unidos pelos ataques de 11 de Setembro, que estava sob a proteção dos Talibãs (governantes do Estado Afegão). Com vultuoso apoio militar das nações aliadas e utilizando milícias regionais adversárias ao Talibã, a coalizão depôs o regime Talibã no país (CARRANCA, 2011).

Eleições foram realizadas e, de dezembro de 2004 até dezembro de 2014, Hamid Karzai foi o presidente do Afeganistão. Apesar dos EUA não terem neutralizado Bin Laden no Afeganistão, o que fariam somente em 2 de maio de 2011, na cidade paquistanesa de Abbottabad, a coalizão conseguiu destituir o governo islamista radical dos Talibãs. Ainda assim, não impediu suas ações posteriores (CARRANCA, 2011).

Em 22 de junho de 2011, o Presidente americano Barack Obama anunciou que os Estados Unidos dariam início a uma retirada do país ainda em 2011. Em dezembro de 2014, as potências ocidentais da OTAN encerraram, oficialmente, suas missões de combate no Afeganistão, assumindo uma postura de apoio ao novo governo afegão e às suas forças de segurança para combater os diversos rebeldes islamitas, dentre os quais o Talibã. Ainda assim, o país segue instável, com frequentes atentados a bomba e manifestações de insurgentes. Em maio de 2017, cerca de 13 000 militares estrangeiros, a maioria americanos, ainda estavam estacionados no Afeganistão, sem um prazo formal para se retirarem.

Atualmente, os líderes Talibãs sobrevivem escondidos e, com outras facções simpatizantes, mantêm a situação instável no Afeganistão. Executam ações terroristas esporádicas contra as forças de pacificação externas e contra as forças do governo do Presidente Ashraf Ghani, que recebe apoio de países ocidentais. Em 2018, o Estado afegão propôs reconhecer o Talibã como grupo politico.

4.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O ataque terrorista de 11 de setembro ocorreu por conta das sucessivas intervenções ocidentais e americanas no OM, ao longo do final do século XX e início do século XXI. O atentado foi uma retaliação promovida pelo líder da Al-Qaeda ,

Osama Bin Laden, que havia sido treinado pela CIA e por forças ocidentais na expulsão dos soviéticos e dos comunistas do Afeganistão (1989). A intervenção da coalizão em 2001, sem o aval da ONU, e a deposição do Talibã não trouxeram estabilidade ao Afeganistão, mesmo após as eleições democráticas de 2014. A ONU começou a ser questionada sobre seu papel global e a instabilidade no Afeganistão persiste até os dias atuais.

5. IRAQUE

5.1 GENERALIDADES

O Iraque (República do Iraque) é um Estado localizado na porção central do Oriente Médio, que faz fronteira com a Turquia a norte, com a Síria e a Jordânia a oeste, com a Arábia Saudita e com o Kuwait a sul e com o Irã a leste (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

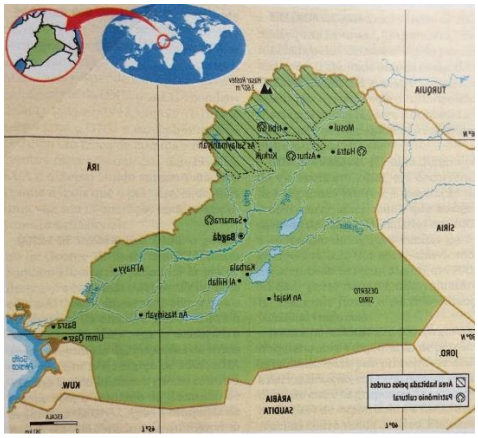

Figura 4 – Mapa do Iraque
Fonte: Almanaque Abril (2015, p.497)

O país detém importantes reservas petrolíferas sendo o quinto maior produtor do mundo. Marcado pelo sectarismo religioso, detém em seu território islâmicos xiitas e islâmicos sunitas, além dos curdos ao norte de seu território (que se estendem ainda pelo leste do território sírio), cuja cultura e religião possui diferenças em relação à sociedade islâmica. Por estar no centro do OM, possui localização geoestratégica importante (econômica, política e cultural), motivo de intensas disputas ao longo de sua história (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

5.2 SINOPSE DOS CONFLITOS

Desde 3000 a.C., quando parte de seu terrirório era conhecido por Mesopotâmia, o Iraque abrigou várias civilizações. Foi o centro do Império Árabe nos séculos VIII e IX (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

No período que antecedeu à 1ª Guerra Mundial (1ª GM), o Império foi incorporado ao Império Turco-Otomano, sendo reconhecido como Iraque somente após a dissolução do Império no pós-guerra, em 1920. No final da 1ª GM, passou a

sofrer forte influência do trono inglês, tendo sido suas fronteiras traçadas pela Grã-Bretanha, em razão de interesses petrolíferos na região (MAGNOLI, 2012).

> "Quando traçaram as fronteiras iraquianas, os britânicos reuniram as áreas xiitas do sul da Mesopotâmia às áreas curdas do norte, onde se encontravam grandes reservas de petróleo." (MAGNOLI, 2012, p. 635)

Durante a Guerra Fria, surgiram diversos conflitos islâmicos, nacionalistas e com fortes influências socialistas no Iraque. Sob as égides do Partido Socialista Árabe Baath, surgiram governantes de expressão, a exemplo de Ahmed Hassan al-Bakr e Saddam Hussein. Nesse período, surge a figura política de Saddam Hussein (sunita) que, frente à Revolução Iraniana de 1979, recebe auxílio tanto dos EUA, quanto da URSS para se antepor ao regime xiita do Aiatolá Khomeini (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

5.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX

Após a 2ª GM, o Estado iraquiano já possuía uma população dividida, com uma maioria islâmica xiita e com uma minoria, porém significativa, de islâmicos sunitas, além dos povos curdos (MAGNOLI, 2012).

Em 1958, o general Abdul Karim Kassem derruba a monarquia e instala um regime nacionalista. O Partido Socialista Árabe Baath lidera vários golpes de Estado que acabaram incorrendo no fuzilamento de Qasim em 1963. Instalam-se governos instáveis até que, em julho de 1968, Ahmed Hassan al-Bakr derrubou a república e o presidente Abdul Rahman Arif, colocando os baathistas no poder e tornando o partido Baath único na república iraquiana (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

Ações contra as minorias curdas do norte ocorreram por conta do Partido Baath, entre 1974 e 1975. Em 1979, o sunita Saddam Hussein, até então vice de al-Bakr, assumiu a liderança do país, iniciando uma violenta repressão contra curdos e xiitas (MAGNOLI, 2012).

Em 1980, após a Revolução Iraniana de 1979, o Iraque invadiu o Irã, temeroso da influência revolucionária xiita iraniana sobre o governo sunita iraquiano. O Iraque teve o apoio dos EUA, de Israel, da URSS e de regimes árabes conservadores, como a Arábia Saudita e o Egito. O conflito teve largo emprego de armas químicas, matou cerca de 300.000 iraquianos e 400.000 iranianos, devastou os dois países e terminou em 1988 sem vencedor. Nesse mesmo ano, as Forças Armadas do Iraque, em luta

contra separatistas curdos, usaram armas químicas contra a aldeia curda de Hlabja, matando 5.000 civis (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

Após usar armas químicas e biológicas na guerra contra o Irã e na repressão contra os curdos, o regime de Saddam Hussein começou a sofrer pressão internacional. Sanções econômicas foram impostas pela comunidade internacional e pela ONU devido à falta de colaboração das autoridades iraquianas. O final dos anos de 1980 foi marcado por uma grave crise econômica no Iraque. A dívida externa no pós-guerra Irã-Iraque, as sanções da ONU e o baixo preço do petróleo foram as causas para a crise instalada no país (SAVIAN, 2008).

Dois anos após o fim da guerra entre Irã e Iraque, e como solução para a crise instaurada, o regime de Saddam Hussein atacou o Kuwait (1ª Guerra do Golfo) e o ocupou, alegando que o pequeno emirado do Golfo Pérsico era uma criação artificial britânica. A anexação do Kuwait transformaria o Iraque na mais poderosa potência da região e representaria uma ameaça direta à integridade territorial da Arábia Saudita. A mobilização iraquiana provocou a ruptura definitiva da cooperação entre Iraque e Estados Unidos. Os norte-americanos articularam uma coalizão internacional, que contou com a participação do Egito e da Síria, para expulsar as forças iraquianas do Kuwait. Na 1ª Guerra do Golfo (1990-1991), o Iraque foi derrotado pelas forças dos EUA e da coalizão. Além da adversidade entre os EUA e o Iraque, a Arábia Saudita aceitou o estabelecimento de bases militares norte-americanas em seu terriotório. Esse evento assinalou o início da campanha de terror da Al-Qaeda contra os EUA, aumentando, ainda mais, as hostilidades na região contra a influência americana. Os dirigentes da rede terrorista romperam com a monarquia saudita, acusando-a de permitir a violação pelos infiéis de território sagrado e proclamaram uma *Jihad* antiamericana. Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, em Nova York e em Washington, representaram o ápice da *Jihad* da Al-Qaeda. A primeira reação norte-americana foi a invasão do Afeganistão, cujo regime oferecia apoio e proteção à Al-Qaeda (MAGNOLI, 2012).

5.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos entraram em alerta contra seus possíveis inimigos, conhecidos como “Eixo do Mal”. O presidente americano George W. Bush criou a Lei Antiterrorismo (*Patriot Act*, de 26 de outubro de 2001), pela qual o Estado teria o direito de prender estrangeiros sem acusação

prévia e violar determinadas liberdades individuais. Empreenderam a “Guerra ao Terror” contra os talibãs afegãos, notórios apoiadores da Al-Qaeda, mas não conseguiram capturar o terrorista Osama Bin Laden (MARSDEN, 2002).

Nesse mesmo período, o governo norte-americano conseguiu a liberação de fundos do orçamento para o investimento em armas, no valor de 370 bilhões de dólares. Com o passar do tempo e o inicial fracasso na captura de Bin Laden, os EUA direcionaram a atenção contra outros possíveis inimigos. O chamado “Eixo do Mal”, composto por Irã, Coréia do Norte e Iraque, passaram a ser alvos americanos. Este último, comandado por Saddam Hussein, foi o primeiro a ser investigado pelos EUA (SAVIAN, 2008).

No ano de 2002, o presidente George W. Bush iniciou uma forte campanha contra as ações militares do governo iraquiano. Em diversas ocasiões, denunciou a presença de armas de destruição em massa que poderiam colocar em risco os Estados Unidos e seus demais aliados. Após denunciar a produção de armas químicas e biológicas no Iraque, os EUA conseguiram que uma delegação de inspetores das Nações Unidas investigasse o estoque de armamentos controlados por Saddam Hussein. Em fevereiro de 2003, os delegados da ONU chegaram à conclusão que não havia nenhum tipo de arma de destruição em massa no Iraque. Contudo, contrariando a declaração do Conselho de Segurança da ONU, o presidente George W. Bush formou uma coalizão militar contra os iraquianos. Em 20 de março de 2003, contando com o apoio de tropas britânicas, italianas, espanholas e australianas, os EUA deram início à guerra do Iraque com um intenso bombardeio. Em pouco tempo, a força de coalizão conseguiu derrubar o governo de Saddam Hussein e instituir um governo de natureza provisória. Em dezembro de 2003, o governo estadunidense declarou sua vitória contra as ameaçadoras forças iraquianas com a captura do ditador Saddam Hussein. A vitória, apesar de “redimir” as frustradas tentativas de encontrar Bin Laden, estabeleceu um grande incômodo político na medida em que os EUA não encontraram as tais armas químicas e biológicas (SAVIAN, 2008).

Passados alguns meses, a população iraquiana foi levada às urnas para que escolhessem figuras políticas incumbidas de criar uma nova constituição para o país. Passadas as apurações uma nova carta foi criada para o país e o curdo Jalal Talabani foi escolhido como presidente do país. Em um primeiro momento, tais episódios indicariam o restabelecimento da soberania política do país e o fim do processo de ocupação das tropas norte-americanas (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

Figura 5 – Queda da estátua de Saddam (2003)
Fonte: picture alliance/AP Photo/Saddam fall

No entanto, o cenário político iraquiano ficou longe de uma estabilização. Os grupos políticos internos, sobretudo dominados por facções xiitas e sunitas, se enfrentam em vários conflitos civis. Como consequência direta da guerra, surge o ISIS (Estado Islâmico do Iraque e do Levante), terroristas extremistas sunitas que surgiram a partir da saída dos EUA e que almejam um califado islâmico. Atuantes no Iraque e na Síria, nasceram dos campos de prisioneiros de guerra no Iraque (Camp Bucca) e da milícia iraquiana sunita conhecida como “Filhos do Iraque”, ex-aliada dos EUA na 2ª Guerra do Golfo. Cometem atos de violência extrema contra “infiéis” e detém extensos territórios no leste da Síria e norte do Iraque (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

Até 2011, os Estados Unidos empreenderam uma batalha que não parecia ter fim, pois as ações terroristas contra suas tropas continuavam ocorrendo. No ápice das ações no Iraque, entre 2004 e 2007, os EUA contavam com 165 mil soldados no Iraque. No final de 2011, já no mandato do presidente democrata Barack Obama, os EUA retiraram suas tropas do Iraque, mas a instabilidade no país permanece permeando todas as expressões do poder (MAGNOLI, 2012).

5.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O final do século XX, especificamente a 1ª Guerra do Iraque (1991), foi paradoxal quando comparado ao período anterior (Guerra Fria, 1945-1989), quando os EUA apoiaram militarmente o Iraque na busca por uma projeção geopolítica regional no OM. A 1ª Guerra do Iraque (1991) marcou o início do antagonismo militar entre EUA e Iraque, que culminaria na captura de Saddam Hussein, em 2003, pelos americanos.

Os Estados Unidos, após a 2ª Guerra do Iraque, conseguiram alcançar grande parte de seus objetivos: o controle do petróleo do país, a expansão do poder estadunidense na região e o estabelecimento de mais bases militares no Oriente Médio. Entretanto, após a saída dos EUA em 2011, desencadeou-se grande instabilidade em todas as expressões do poder no Iraque. Além da crise econômica e social, houve o agravamento das tensões sectárias no Estado iraquiano, materializado pelo fortalecimento do ISIS e da Al-Qaeda do Iraque. As ações extremistas/terroristas desses movimentos deixaram de atuar em uma escala regional para atuarem em uma escala global (Europa, África, Ásia e América).

6. SÍRIA

6.1 GENERALIDADES

A Síria (República Árabe da Síria) é um país localizado no coração do Oriente Médio e que faz fronteira com o Líbano e o Mar Mediterrâneo a oeste, com a Turquia a norte, com o Iraque a leste, com a Jordânia a sul e com o Estado de Israel a sudoeste (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

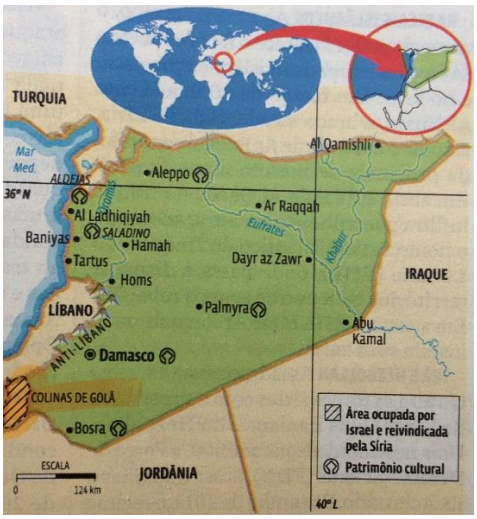

Figura 6 – Mapa da Síria
Fonte: Almanaque Abril (2015, p.593)

Embora tenham características distintas, o território do atual Estado Sírio guarda algumas semelhanças com os Estados do Iraque e do Afeganistão: foi ocupado por diversos povos desde a Antiguidade, ocupa posição de grande valor geopolítico, sofre fortes influências religiosas (xiitas, sunitas, curdos, dentre outras) e surgiu como Estado somente no século XX. Na primeira metade do século XX, foi influenciado pelo Reino Unido e pela França (Acordo de Sykes-Picot). Após a 2ª Guerra Mundial, aliou-se com o bloco socialista e passou a ser obstáculo aos interesses dos EUA no Oriente Médio (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

6.2 SINOPSE DOS CONFLITOS

O Império Turco-Otomano dominou, durante séculos, a maior parte do mundo árabe (1516-1918). A dissolução do Império, no final da Primeira Guerra Mundial (1918), abriu caminho para o imperialismo da Grã-Bretanha, da França e da Itália, que repartiram desigualmente os territórios otomanos e delinearam as fronteiras dos atuais

Estados árabes no OM e na África do Norte. A independência dos países árabes consolidou-se durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e no pós-guerra (MAGNOLI, 2012).

A Síria, especificamente, ficou sob mandato francês após o acordo secreto de Sykes-Picot, ocorrido entre França e Grã-Bretanha (1916), que amarrava suas respectivas áreas de influência no Oriente Médio, considerando-se a hipótese da derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial. A Síria foi o maior Estado árabe a surgir na região do Levante (região entre Egito, Arábia Saudita, Irã e Turquia). Com a independência da Síria em 1946, o Líbano passou a ser reivindicado pela Síria como parte histórica de seu território (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

6.3 A GUERRA FRIA E O FINAL DO SÉCULO XX

Após a 2ª GM, a bipolarização mundial entre socialistas (liderados pela URSS) e capitalistas (liderados pelos EUA) passou a influenciar os rumos do OM.

> "Com a Segunda Grande Guerra, e principalmente após a crise do Canal de Suez, em 1956, dois novos atores irão polarizar as disputas na região, os Estados Unidos da América e a União Soviética. Esta polarização é um reflexo da própria ordem mundial inaugurada em 1947, que também terá seus efeitos no Oriente Médio" (ZAHREDDINE, 2013, p. 17).

Após sua independência, em 17 de abril de 1946, a história política da Síria passou a sofrer eventos relevantes que explicam a atual conjuntura. A disputa de poder pelo controle do país gerou uma série de golpes e contra golpes até 1971. A aproximação com o Egito de Nasser, a tentativa de criação de uma República Árabe Unida e o crescimento do Partido Baath, de alinhamento socialista, se destacaram no período.

> "A República da Síria foi governada por dez presidentes. Nasser foi o presidente da República Árabe Unida (RAU), durante a existência desta, de 1958 a 1961, resultado da união entre Egito e Síria" (ZAHREDDINE, 2013, p. 11).

Um golpe militar na Síria, em 1961, separou a Síria do Egito. Em 1963, outro golpe foi o responsável pela chegada do Partido Baath (socialista) ao poder, que consolidaria uma longa aliança com o governo russo (ALMANAQUE ABRIL, 2015).

> "Com o fim da RAU em 1961 o partido Baath Sírio teve papel fundamental para a transformação política da Síria, sendo que em 1963 efetivamente toma o poder no país, e em 1964 muda o nome do Estado para República Popular da Síria, reforçando o caráter Pan-arabista e socialista daquele Estado" (ZAHREDDINE, 2013, p. 11).

A Síria, principalmente a partir do governo de Hafez al-Assad (1971), pai do atual presidente Bashar al-Assad (2018), passaria a manter uma estreita relação com a União Soviética, não só em função da própria ideologia do partido Baath (Socialismo Árabe), como também pelas relações pessoais que ambos os presidentes mantinham com aquele país.

> "É importante destacar que o Presidente Hafez al-Assad (pai do atual presidente Bashar al-Assad) morou vários anos na União Soviética, como parte de sua formação militar e ideológica, o que também influenciará nas relações entre os dois países" (ZAHREDDINE, 2013, p.17).

Segundo Danny Zahreddine (2013), essas relações permitiram um aumento do comércio, das alianças estratégicas militares, da importação de equipamento militar soviético, bem como do apoio político da União Soviética em caso de crises severas, a exemplo da Guerra dos Seis Dias (1967) e da Guerra do Yom Kippur (1973). Por outro lado, a União Soviética obteve acesso ao mediterrâneo oriental a partir do Porto de Tartus, e passou a manter uma importante área de influência na região.

Danny Zahreddine (2013) afirma ainda que, ao mesmo tempo, os Estados Unidos reforçaram sua aliança estratégica com Israel, funcionando como cabeça de ponte estadunidense na região. Os EUA também apoiaram o Iraque no final da década de 1970, para que Saddam Hussein se contrapusesse à revolução iraniana. Porém, como já citado, em virtude da Primeira Guerra do Golfo (1991), os EUA combateram o Iraque e firmaram alianças importantes junto ao governo saudita, kwaitiano e dos Emirados do Golfo Pérsico. Com o fim da Guerra Fria e a decadência da Rússia como herdeira do Império Soviético (ao menos naquele momento), os Estados Unidos reforçaram sua presença hegemônica na região, diminuindo paulatinamente as zonas de influência da Federação Russa.

6.4 O SÉCULO XXI E A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

A Guerra Civil Síria é um conflito interno da Síria, que começou como uma manifestação popular e progrediu para uma violenta revolta armada em 15 de março de 2011, influenciados por outros protestos simultâneos no mundo árabe, conhecidos como Primavera Árabe.

> "A República Árabe Síria, com uma posição estratégica no Oriente Médio, enfrenta, desde março de 2011, uma guerra civil [...],destruiu a infraestrutura do país e gerou uma crise humanitária regional. Tudo isso teve início quando os protestos, conhecidos como Primavera Árabe, serviram de inspiração e exemplo para ativistas e civis desafiarem a ditadura no comando do país" (FURTADO, 2014, p. 1).

Figura 7 – Prédio em Aleppo, na Síria
Fonte: Hosam Katan/Reuters/VEJA

A oposição tem alegado estar lutando contra um presidente ditador e vem almejando instalar uma nova liderança mais democrática. Já o governo sírio tem afirmado estar combatendo terroristas armados que visam desestabilizar o país. Entretanto, o conflito passou também a abranger aspectos de natureza sectária e religiosa, com diversas facções que formam a oposição combatendo tanto o governo quanto umas às outras. A partir de 2013, o grupo terrorista Estado Islâmico (ISIS ou Estado Islâmico do Iraque e do Levante) começou a reivindicar territórios na região com o intuito de criar um Califado sunita. Inicialmente ao lado da oposição síria, as forças do ISIS logo ganharam autonomia e objetivos próprios, passando a atacar qualquer uma das facções envolvidas no conflito, tanto apoiadoras como contrárias a Assad, tornando-se mais uma vertente entre os múltiplos adversários do embate.

> "Já no âmbito interno, os rebeldes, que se colocam em oposição ao regime, são constituídos por militares desertores, grupos islamitas como a Irmandade Muçulmana do Egito, além de outros mais radicais, como a Frente Al-Nusra, um braço da rede terrorista da Al-Qaeda , o Comando Militar do Exército Sírio Livre e o Estado Islâmico do Iraque e do Levante. Essa junção de grupos com interesses diversos, acaba desviando a causa principal de derrubar o atual ditador Bashar Al-Assad, uma vez que não há uma unidade entre eles" (FURTADO, 2014, p. 3).

Nações ocidentais, como os Estados Unidos, as nações da OTAN na Europa, e alguns países do mundo árabe, iniciaram uma intervenção armada contra os extremistas do ISIS sob aval da comunidade internacional. Mas a presença de outras nações, como China, Rússia e Irã, só que ao lado do regime de Assad, apontam para uma disputa geopolítica da região, em um conflito denominado "guerra por procuração".

> "A nível do sistema internacional, com a descoberta do uso de armas químicas, em 2013, a rivalidade entre Estados Unidos e Rússia ficou evidente. A dificuldade do Conselho de Segurança da ONU de chegar a um acordo deveu-se aos vetos aplicados pela Rússia e a China [...] Essa atitude

> está ligada à ameaça que uma intervenção norte-americana significaria para os interesses russos no Oriente Médio" (FURTADO, 2014, p. 5).

Mas o apoio majoritário dispensado à oposição, seja em material ou financeiramente, vem de Estados sunitas no Oriente Médio, principalmente o Catar, a Turquia e a Arábia Saudita, que enviam enormes quantidades de armas, munição e suprimentos diversos aos rebeldes.

> "Os países vizinhos Turquia, Catar e Arábia Saudita são acusados de armar e dar treinamento militar aos oposicionistas de Assad. Enquanto isso, Irã, Iraque e Líbano gastam bilhões de dólares amparando o governo e oferecendo equipes de elite para trabalhos de inteligência e de treinamento militar" (FURTADO, 2014, p. 3).

Segundo o Washington Post, de 20 de julho de 2017, o governo dos Estados Unidos havia decidido interromper todos os programas de treinamento e apoio aos grupos rebeldes anti-governo na Síria, algo muito requisitado pela Rússia, uma importante aliada do regime Assad. A guerra na Síria provocou mais de 500 mil mortes desde 2011, das quais 350 mil foram nominalmente identificadas.

6.5 CONCLUSÃO PARCIAL

O impasse sobre o conflito sírio provém da complexidade das hostilidades. As forças governamentais e oposicionistas, com seus respectivos aliados (domésticos, regionais ou potências mundiais) não permitem a cessão do embate. As partes beligerantes não alcançam o poder necessário para fazer com que a outra parte ceda.

Por outro lado, a intervenção americana no OM no início desse século, tanto sobre o Afeganistão (2001) como sobre o Iraque (2003), aumentou a tensão regional, permitindo o fortalecimento de extremistas como a Al-Qaeda pós-Bin Laden e como o ISIS pós-Saddam. A estagnação do conflito sírio, a manutenção da violência, o aumento das mortes de civis, em especial com o uso de armas químicas, bem como o amplo espectro do conflito, fazem com que a Guerra da Síria se torne o maior desastre humanitário do planeta na atualidade. Além disso, aspectos religiosos, históricos e geográficos dificultam a solução do contencioso, que não possui perspectiva para cessar.

7. CONCLUSÃO

A presente conclusão pretende expor as causas e as consequências da presença americana no OM no século XXI, evidenciando as principais condicionantes do processo intervencionista dos EUA nos Estados do Afeganistão, Iraque e Síria.

A presença dos EUA nos Estados citados apresenta características particulares, mas revelam causas e consequências gerais comuns. Como prólogo, verifica-se que praticamente todos os atuais conflitos no Oriente Médio estão relacionados, de alguma forma, ao panorama politico-econômico internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial. Embora intervenções de Estados ocidentais já existissem desde o século XIX, foi a conjuntura internacional após a 2ª GM (Guerra Fria) que impôs a influência das potências da época na região do OM, em especial, influências russa e americana. A criação do Estado de Israel (1948), em terras ocupadas por palestinos, foi o primeiro grande marco para o atual desequilíbrio da região. Os EUA passariam a protagonizar a aliança com Israel a partir de 1949, em substituição à Inglaterra, passando a assumir o compromisso com a segurança e o bem-estar de Israel. Entretanto, não deixaria de promover alianças opostas, a exemplo da Arábia Saudita, nem de perder tradicionais aliados, a exemplo do Irã pré-revolução. O apoio político e militar tem sido, desde então, um elemento essencial da geopolítica dos Estados Unidos no OM.

a. Causas gerais da presença americana dos EUA no OM:

1) Realização das pretensões geopolíticas dos norte-americanos.

Desde a década de 1980, dois fenômenos confluentes podem ser observados. Por um lado, os Estados nacionais enfraquecem sua dimensão territorial em todo o globo ao ceder espaço à atuação de organismos multilaterais e internacionais. Por outro lado, o Estado norte-americano, além de reforçar sua hegemonia em escala global, atua como guarda armada de um conceito, no mínimo distinto, de “imposição democrática” e o faz à margem dos mesmos organismos. Foi assim em Granada, em 1983, quando o regime de tendência pró-cubana, aparentemente aceito pelos granadinos, foi derrubado pelos fuzileiros norte-americanos. Da mesma forma ocorreu no Panamá, com a deposição de Noriega. Em moldes semelhantes, essa empreitada levou as tropas americanas ao Golfo Pérsico em 1991 e em 2003. Em todas as intervenções, os EUA fincaram bases e contingentes

militares estrategicamente postados, operando, quando necessário, em prol de suas pretensões geopolíticas.

2) Estabilização e legitimação do governo dos EUA.

Os EUA, ao longo de sua história, sempre foram um Estado voltado para as ações políticas e militares, em prol da expansão de seu território e da sua área de influência. Essa vocação, amparada pelos americanos em seu Destino Manifesto, perdeu a impulsão no final da década de 1990, quando a globalização ameaçou enfraquecer o nacionalismo internacional, incluindo o nacionalismo americano tradicional. Porém, os atentados de 11 de setembro permitiram que o chefe do Estado americano se apresentasse aos seus concidadãos como o portador de um programa tão elementar, quanto eficaz: vingar a ofensa pela força, técnica consagrada de coesão do Estado. Na verdade, os aviões arremessados contra as Torres Gêmeas e contra o Pentágono formaram um subterfúgio oportuno para a retomada da vocação nacionalista e armamentista dos EUA, garantindo a legitimação e a coesão do governo americano.

3) Aquecimento da economia norte-americana.

A Guerra travada pelos EUA é, por si mesma, um empreendimento gigantesco. No Oriente Médio, é um empreendimento ainda maior. Os valores envolvidos são bilionários. Fora o aquecimento industrial militar (receita direta) e os contratos de serviços, construção civil e de logística (receita indireta), há o detalhe mais importante: o petróleo. O Iraque detém a segunda produção mundial desse insumo que a economia americana importa de forma abundante. A intervenção da coalizão ocidental no Iraque, em ambos os momentos, certamente foi deliberada. De qualquer modo, oscilações importantes nos preços, seja para baixo ou para cima, sempre provocaram movimentos financeiros em todo o globo. Hoje, os EUA participam, como controladores diretos, da produção petrolífera no Iraque e, consequentemente, como controladores indiretos da concorrência mundial. O “fantasma” das crises do petróleo da década de 1970 pôde ser totalmente afastado, ao menos para os EUA.

4) Ineficiência da ONU no impedimento dos conflitos armados.

A ONU foi detentora de um grande poder. Porém, desde o fim da Guerra Fria, vem perdendo influência nas questões internacionais. As ações americanas de 2003 no Iraque foram o ápice da ineficiente autoridade internacional da ONU. Tal condição surgiu pela postura do Conselho Permanente da ONU, composto somente

pelos quatro grandes Estados vencedores da 2ª GM e pela China, de postular em causa própria. Com o prestígio no plano internacional abalado, a despeito de sua atuação em ações humanitárias contundentes, a ONU vem necessitando urgentemente reconsiderar sua composição e sua atuação na resolução de conflitos internacionais. Desse modo, podemos afirmar que o unilateralismo americano vem se estruturando cada vez mais no século XXI por conta, dentre outros fatores, da decadência da ONU no pós-Guerra Fria.

b. Consequências gerais da presença americana dos EUA no OM:

1) Aumento dos conflitos religiosos no OM e do terrorismo global.

Atualmente, os principais protagonistas dos conflitos no Oriente Médio são os novos grupos radicais islâmicos, denominados genericamente, e por vezes erroneamente, de grupos terroristas. Dentre os principais, destacam-se a atual Al-Qaeda do Iraque e o Estado Islâmico, ambos surgidos pós-intervenção americana. Após o atentado das Torres Gêmeas e a consequente intervenção dos EUA no OM, houve um fortalecimento, não somente dos grupos novos, mas também dos antigos, avessos à presença do binômio EUA-Israel no OM. Atuantes em escala global, criaram uma ampla rede que desestabilizam Estados ocidentais de primeiro mundo. Além disso, por conta de divisões internas, caracterizadas basicamente por dois entendimentos diferentes da religião (sunitas e xiitas), os embates se multiplicaram fazendo com que a maioria das vítimas do Islã extremista seja outro islâmico.

2) Fortalecimento dos grupos extremistas islâmicos.

Após a saída americana do Iraque em 2011 e do Afeganistão em 2014, desencadeou-se grande instabilidade em todas as expressões do poder em ambos os Estados. Por mais que eleições democráticas tenham permitido o surgimento de um representante da maioria, a imposição de novas regras políticas trouxe uma grave crise sócio-econômica em ambos. Permeando a crise econômica e social, surgiu o agravamento das tensões sectárias. O Talibã continua resistindo na sua tentativa de retomada de poder do Afeganistão e o ISIS avança sobre territórios multinacionais como uma resistência sunita no Iraque. Mas as ações extremistas/terroristas desses movimentos deixaram de atuar em uma escala regional e passaram a atuar também em uma escala global.

3) Instabilidade nos limes da Europa (Ocidente) e da Ásia (Oriente).

As intervenções americanas, a exemplo da derrubada do regime Baath iraquiano (Saddam) e do regime islâmico afegão (Talibã), trouxeram graves

consequências políticas e militares para os Estados do OM. Nos exemplos supracitados, a “imposição democrática ocidental” imposta pelos EUA acarretou em aumento da instabilidade e agravamento da crise em todas as expressões do poder. A Síria, que também é governada pelo partido Baath (Bashar al-Assad), vem seguindo o mesmo caminho. Essa instabilidade garante brechas para que antigas disputas geopolíticas, a exemplo das ocorridas na Guerra Fria, sejam retomadas. De certa forma, é uma amostra de que os conflitos no Oriente Médio são sempre mais complicados do que parecem, envolvendo interesses difíceis de serem percebidos.

Por fim, as causas e as consequências da intervenção política dos EUA no OM, desde o início do século XX, acabaram por envolver, essencialmente, razões econômicas. Embora se escondessem em razões democráticas e pacificadoras, as causas estavam longe de se aproximarem dos tradicionais argumentos da Guerra Justa. Atualmente, o aumento das tensões regionais e a projeção dos atentados em escala global não apresentam uma solução a curto ou médio prazo. O fortalecimento de fundamentalistas extremistas e o surgimento de diversos atores não globais agravam as mazelas seculares que sempre assolaram o Médio Oriente. Apoiados na globalização da Nova Ordem Mundial, os conflitos irradiam, inexoravelmente, para todos os continentes do globo. O amplo espectro dos conflitos atuais envolve, não somente os presentes no ambiente operacional, mas civilizações em todas as partes do mundo. A solução para os novos conflitos dependerá, como de praxe, de novas concepções, que não possuem previsão para nascer.

REFERÊNCIAS

ALMANAQUE ABRIL 2010. 41. Ed. São Paulo: Abril, 2015.

BRASIL. SPUTNIKNEWS Disponível no site https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/2018022810628641-afeganistao-taliba-grupo-politico, 2010.

CARRANCA, Adriana. **O Afeganistão depois do Talibã.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. WASHINGTON TIMES Disponível no site http://www.washingtontimes.com/news/2017/may/4/us-may-send-up-to-5000-more-troops-to-afghanistan, 2018.

FURTADO, Gabriela. **Série Conflitos Internacionais. Observatório de Conflitos Internacionais.** v.1, n.6. Ed São Paulo: FFC/UNESP, 2014

JAFFE, Greg. Trump halts covert arming of Syria rebels, a move likely to please Russia **Washington Post**. Washington. 19 jul. 2017. National Security. Disponível no site, <https://www.washingtonpost.com/world/national-security/trump-ends-covert-cia-program-to-arm-anti-assad-rebels-in-syria-a-move-sought-by-moscow >. Acesso em: 20 jul.2018.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

LEWIS, Bernard. **Fé e Poder: Religião e Política no Oriente Médio.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

MAGNOLI, Demétrio. **Geografia para o Ensino Médio.** 2. Ed. São Paulo: Atual Editora, 2012.

MANSOOR, Peter R. **Bagdá ao Alvorecer: a guerra de um comandante no Iraque.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

MARSDEN, Peter. **Os Talibã: Guerra e Religião no Afeganistão.** 1. Ed São Paulo: Editora Piaget, 2002.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Modernidade**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

PORTUGAL. BBC. Disponível no site http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2005/02/050224_afeganistaog.sht, 2010.

SAVIAN, Elonir José. **Manual Escolar de História Militar Geral.** 1. Ed Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2008.

ZAHREDDINE, Danny. **Conjuntura Austral. Revista do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais.** v.4, n.20. Ed Rio Grande do Sul: UFRGS, 2013.

P142g Paiva, Rodrigo Eugenio de.

A Geopolítica do Ocidente na Região do Oriente Médio: causas e consequências da presença americana no século XXI. / Rodrigo Eugenio de Paiva. – 2018.

44 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Ten Cel José Roberto de Vasconcellos Cruz.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Bibliografia: f. 42-44.

1. Causas. 2. Consequências. 3. EUA. 4.Oriente Médio I. Título.